

## Noite da Geografia em Coimbra. Na rota das cheias históricas na Baixa de Coimbra

**Marisa das Neves Henriques**

marisa.henriques@fl.uc.pt  
Universidade de Coimbra  
<https://orcid.org/0000-0002-7268-0565>

No serão de 5 de abril, a Noite da Geografia, uma iniciativa incrementada em 6 cidades portuguesas e acolhida pela Associação Portuguesa de Geógrafos e pelo Departamento de Geografia e Turismo da FLUC, foi assinalada em Coimbra numa sessão dinamizada pelo Dr. João Pardal, investigador do CEGOT e doutorando da Universidade de Coimbra. Os anfitriões foram a Professora Doutora Adélia Nunes e o Professor Doutor Lúcio Cunha.

Já nos havíamos habituado a conviver, desde 2005, com a Noite dos Investigadores que a Comissão Europeia tem patrocinado, abrindo portas a uma salutar relação de proximidade entre a ciência e a sociedade civil. Mas, só no dealbar de 2017 o Comité National Français de Géographie apostou na celebração mais expressiva da importância da geografia para a compreensão do território fora dos muros académicos.

A noite estava cálida e serena. Em frente ao Mosteiro de Santa Cruz, das estátuas que refletiam uma outra vida infundida pelas luzes intrusas, que dilui o efeito da corrosão da pedra de Ançã e diafaniza as vestes dos santos, juntaram-se cerca de trinta pessoas para conhecerem melhor a bacia hidrográfica do rio Mondego, os seus caprichos e ímpetos, mas também os lanhos perpetrados por más decisões multisseculares. O Dr. João Pardal começou o seu itinerário neste ponto da urbe, porque foi junto à cota de soleira medieval da Igreja que se viu a água inundar o mosteiro dos cruzios, e, em 1441, destruir parcialmente a sua riquíssima livraria. A torrente galgava, nesses séculos, a Rua Visconde da Luz e propagava-se pela atual Rua da Moeda, cujas portas semiescondidas ainda hoje testemunham o alteamento do pavimento no Largo de Sansão para travar a força das chuvas e a sua subida mal-intencionada até ao primeiro andar dos edifícios.

Através desse curso de água dinâmico e extenso chamado Mondego e da imprevisibilidade da precipitação caudalosa, percorre-se a cidade sob outra orientação histórica e reconstituem-se as geografias de Coimbra, mutáveis, em virtude das adaptações nascidas da ocorrência de eventos extremos,

catastróficos e extraordinários. Brindados pela vivacidade do relato do Dr. João Pardal, caminhámos por ruas e vielas sob o signo das águas, imaginando-as a obstruir a Rua da Sofia e a importunar a undecentista Igreja de Santa Justa, no atual Terreiro da Erva, no século XVIII. Ouvimos falar da cheia que chegou ao altar em 1708; daquela outra que só permitia ver o campanário (1738) até ao infausto desfecho que ditou a destruição total do templo em 1788, e a sua deslocalização pensada pelo bispo D. António de Vasconcelos e Sousa.



Tais fenómenos sucediam, como tivemos ocasião de aprender, umas vezes à escala regional (o rio Ceira também causava muitos dissabores às populações e os problemas estendiam-se até à Figueira da Foz), nacional (concomitância de cheias no Mondego e no Douro) e europeia (foram apontadas as cheias que se abateram sobre a Europa central no século XVIII).

A atração pelo rio e pelas terras férteis que o ladeavam era partilhada pelos religiosos dos mosteiros e pelos moradores das zonas ribeirinhas que dependiam das terras cultivadas para sobreviver. E nesse limbo de fecundidade e de revolta da natureza se foi vivendo da Idade Média (evoque-se, a título de exemplo, a cheia de 8 de fevereiro de 1331) até à contemporaneidade. Na nossa jornada, lembrou-se a existência das ínsulas, nomeadamente aquela em que estava instalado o Colégio de Sant'Ana, a posição delicada dos Mosteiros de Santa Clara e de S. Francisco da Ponte ou a pouco ortodoxa orientação da Igreja de S. Bartolomeu, nas imediações da Praça do Comércio, que visava protegê-la. Ficámos a saber que o primitivo Convento de São Domingos, instalado na zona da Figueira Velha no século XIII seria arrasado no período quinhentista e que, em 1582, as cheias, avassaladoras na Península Ibérica, multiplicavam desgraças económicas e prejuízos ainda mais irreparáveis.

À tragédia humana que resultava em mortes, desalojamentos e avultadas perdas materiais sobrevinha, porém, uma ação assistencial solidária acionada pela Coroa, pelas instituições de beneficência e pela própria comunidade estudantil, que se empenhava no resgate de famílias. Assim se compreende a ação dos periódicos na ativação de redes de apoio às vítimas. É que, após a tempestade, não vinha sempre a bonança, mas antes os problemas decorrentes da formação de zonas pantanosas, por falta de escoamento, geradoras de doenças e as feridas trazidas por situações de viuvez e orfandade.

Assinalou-se o importante papel de vultos como Diogo de Castilho que, em 1538 na qualidade de mestre de obras, orientou os trabalhos de reparação

da ponte e o encanamento; de António Mendes, encarregado, em 1565, de supervisionar as obras no Mondego; de Agostinho Pinto de Almeida (1784-†1848), lente da Faculdade de Matemática, que procedeu a uma caracterização hidráulica do rio, que influenciaria os registos hidrométricos no Mondego; dos militares cujo nome a História não guarda que empreenderam estudos pioneiros que o Padre jesuíta Estêvão Cabral (1734-†1811) iria aprofundar na conceção do novo traçado do rio.

Quem seguiu a *rota das cheias históricas na Baixa de Coimbra* na noite de 5 de abril teve a oportunidade de perceber um pouquinho melhor as dificuldades enfrentadas pelos moradores da cidade e dos arredores, desde tempos imemoriais, os ciclos de fome e de pobreza, os desafios de deslocalização do edificado religioso; pôde percecionar cicatrizes deixadas na cidade e saudar os esforços enviados por autoridades régias e laicas para aplacar este leito móvel que pulsa ao longo de 258 km e que, em pleno século XXI, nos anos de 2001, 2008 e 2019 nos lembrou ainda que certas medidas antigas podem ser colocadas ao serviço do presente garantindo a gestão mais sensata do rio.

Que as inundações, as cheias e os apelos desesperados da natureza nos ajudem a interiorizar que somos vulneráveis e que urge inspirarmo-nos em atitudes preventivas e de responsabilização pessoal e social para cuidarmos de um bem comum.



